

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO ADAPTADO COM MOTORISTA**

#### **COMPOSIÇÃO**

- 1. Objeto**
- 2. Justificativa**
- 3. Leis e normas regulamentadoras da prestação de serviços**
- 4. Qualificação técnica da empresa contratada**
- 5. Especificação e execução técnica dos serviços**
- 6. Características Gerais dos veículos contratados**
- 7. Qualificação técnica e operacional dos profissionais contratados (Motoristas)**
- 8. Franquia**
- 9. Condições para a proposta comercial**
- 10. Vistoria**
- 11. Obrigações da Contratada**
- 12. Obrigações da Contratante**
- 13. Vigência**
- 14. Fiscalização**
- 15. Termo de Confidencialidade e Sigilo**
- 16. Critério de Repactuação e Reajuste de Preços**
- 17. Inexistência de Vinculação Trabalhista**
- 18. Alteração Subjetiva**
- 19. Disposições Gerais**
- 20. Condições para pagamento mensal**
- 21. Critérios Ambientais e de Sustentabilidade**
- 22. Anexos**

## **1. OBJETO**

- 1.1.** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos tipo VAN adaptados, com dois motoristas, para transporte de cadeirantes, em regime de diárias integradas franqueadas estimadas por veículo, para transporte de pessoas.
- 1.2.** Compõem o contrato, além do veículo, a mão de obra, o fornecimento de todos os insumos e materiais e o emprego dos equipamentos necessários à execução dos serviços, combustível, manutenção, seguro, taxas, impostos, encargos conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 1.3** Os serviços deverão ser executados por profissionais do quadro efetivo da CONTRATADA no endereço da Unidade da Rede SARAH em São Luís, localizada na AV. LUIS ROCHA, S/N - MONTE CASTELO - SÃO LUÍS – MA - CEP: 65035-270.

## **2. JUSTIFICATIVA**

- 2.1** Os veículos locados serão disponibilizados a fim de atender a necessidade de transporte de pacientes e colaboradores nas dependências da Unidade da Rede SARAH São Luís, bem como eventuais serviços internos e externos de mão de obra de motoristas com os veículos da APS, sendo: carros leves e vans, complementando e dando apoio ao serviço do Setor de Transportes da Unidade.
- 2.2** A contratação visa garantir disponibilidade contínua de transporte, com previsibilidade de custos e simplificação do controle operacional.
- 2.3** Os serviços indicados neste termo de referência, bem como a quantidade, foram estudados e validados pelas Lideranças da Área de Segurança e Transporte.

## **3. LEIS E NORMAS REGULAMENTADORAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

- 3.1** As leis e normas regulamentadoras citadas abaixo (ou outras que as substituam) deverão ser observadas e obedecidas durante a prestação de serviços:
  - a) Constituição Federal;
  - b) Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;
  - c) Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, que regulamentam o Capítulo V da CLT;
  - d) Determinações das Leis n.º 8.078/1990, 8.666/1993, 9.784/1999 e 14.133/2021;
  - e) Decreto nº 2.271/97;
  - f) Resolução nº 169/2013 do CNJ e suas atualizações;
  - g) Artigo 105 da Lei nº 9.503 de 23/09/1997 – Equipamentos Obrigatórios de Segurança – CONTRAN;
  - h) Normas da ABNT e Normativas internacionais;
  - i) Normas do INMETRO;
  - j) Código Civil Brasileiro;
  - k) Código de Defesa do Consumidor;
  - l) Código de Trânsito Brasileiro; e

- m) Procedimentos e normas da CONTRATANTE aplicáveis, sendo: Contrato Geral para Fornecimento de Bens e Serviços, Regulamento de Compras e Contratações, Manual do Fornecedor e Código de Ética, todos da Rede SARAH, disponível nos seguintes links:

<https://www2.sarah.br/compras/Arquivos/ManualFornecedor.pdf>

<https://www.sarah.br/media/4873/regulamentocomprascontratacoes20240319.pdf>

<https://www.sarah.br/media/3468/201806702-codigodeetica-v20-pag-double.pdf>

<https://www2.sarah.br/compras/Arquivos/ContratoGeralFornecimento.pdf>

#### **4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA CONTRATADA**

##### **4.1. As empresas deverão comprovar a qualificação técnica, por meio de:**

- 4.1.1.** Declaração de Instalação de Sede (Anexo III), no caso de não estar sediada no Município de São Luís - MA, de que se vier a ser CONTRATADA instalará, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar do início da vigência do Contrato, unidade de representação dotada de infraestrutura administrativa e técnicas adequadas, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, sob pena de incorrer em descumprimento do Contrato;
- 4.1.2.** Termo de vistoria assinado pelo colaborador responsável, quando realizada, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência (Anexo I);
- 4.1.3.** Declaração de abstenção da vistoria, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, quando optar pela não realização da vistoria (Anexo II);
- 4.1.4.** Apresentar atestados de capacidade técnico-operacional que comprovem prestações de serviços similares, estando às informações sujeitas à verificação de sua veracidade por parte da Associação das Pioneiras Sociais – APS.
- 4.1.5.** Os interessados deverão comprovar capacidade técnico-operacional por meio da apresentação de atestado(s) detalhado(s), em papel timbrado, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que explicita(m) incontestavelmente, comprovação de que gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto, por período não inferior a 3 (três) anos, contínuos ou não, podendo ser aceito o somatório dos atestados.
  - 4.1.5.1.** A Empresa deverá ter desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto do processo de seleção de fornecedores, demonstrando que a Empresa gerencia ou gerenciou serviços terceirizados, com, no mínimo, de 02 (dois) empregados que serão necessários para suprir os postos contratados em decorrência deste Termo;
  - 4.1.5.2.** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato. No caso de contrato com a duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos,

consideraremos como concluídos aqueles períodos compreendidos entre a primeira e a última prorrogação efetivamente concluída.

**4.1.5.3.** Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

**4.1.5.4.** O(s) atestado(s) de capacidade técnico-operacional deverá(ão) conter:

- a) Nome da empresa ou órgão que forneceu o atestado;
- b) Descrição detalhada do serviço prestado;
- c) Manifestação expressamente positiva acerca da qualidade dos serviços prestados pelo interessado;
- d) Endereço e identificação completos do responsável pela emissão do atestado com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais.

**4.1.5.5.** A empresa disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

**4.1.5.6.** Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão, preferencialmente, demonstrar experiência em serviços de transporte de pessoas com mobilidade reduzida, considerando a natureza especializada do objeto.

## **5. ESPECIFICAÇÃO E EXECUÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS**

- 5.1.** A prestação dos serviços contratados dar-se-á nos endereços da CONTRATANTE, observando rigorosamente as normas e procedimentos internos da CONTRATANTE, bem como a observância aos seus valores e princípios. As normas e procedimentos serão informados pelo gestor do contrato indicado pela CONTRATANTE à CONTRATADA no início da prestação de serviços e durante toda sua vigência, sempre que necessário.
- 5.2.** Os serviços serão controlados mensalmente mediante o preenchimento do Boletim Diário de Transporte - BDT.
- 5.3.** Os Boletins Diários de Transporte devem ser apresentados pelo demandante e devidamente preenchidos (fisicamente ou via sistema/aplicativo).
- 5.4.** Ao final do dia, as anotações de quilometragem deverão ser feitas pelo motorista, sendo conferidas e atestadas pelo fiscal do contrato (Anexo VII).
- 5.5.** Sob nenhum pretexto os veículos poderão exceder os limites de velocidade e peso determinados por lei.
- 5.6.** O motorista em serviço, sob nenhuma hipótese, poderá abandonar o veículo.

**5.7.** Na ocorrência de acidente com o veículo, o motorista deverá solicitar perícia e, após a liberação, se for o caso, solicitar à CONTRATADA a remoção do veículo para a garagem ou para a oficina indicada para o conserto.

**5.7.1.** A CONTRATADA será responsável por providenciar o Boletim de Ocorrência/laudo pericial feito pelo órgão competente.

**5.8.** O veículo, sob-responsabilidade do motorista, deverá ser mantido em perfeitas condições de uso e funcionamento, e quaisquer defeitos e ou avarias nele detectados deverão ser comunicados à fiscalização do contrato e à CONTRATADA.

**5.9.** Os veículos devem ser mantidos sempre abastecidos e limpos e serem submetidos a lavagem interna e externa uma vez por semana no mínimo ou quando necessário.

**5.10.** Os serviços deverão ser executados nos horários estabelecidos, podendo a CONTRATANTE alterá-los a qualquer tempo, de acordo com suas necessidades, inclusive para atendimento de demandas aos sábados, domingos, feriados e horários fora do expediente normal, excepcionalmente, quando necessário, em exclusiva execução do objeto do serviço.

**5.10.1.** Os serviços poderão ser executados excepcionalmente aos sábados, domingos e feriados, sem incidência de hora extra, por estarem contemplados no regime de diárias integradas.

**5.11.** Os serviços serão executados de segunda a sexta-feira, diurna, das 7h às 19h, sendo 40 (quarenta) horas semanais por cada um dos dois motoristas.

**5.12.** Deverá ser considerada para a diária a jornada de 08 (oito) horas com o intervalo de 01 (uma) hora de intervalo por cada motorista de segunda-feira à sexta-feira.

**5.13.** Durante a jornada de trabalho, os dois motoristas contratados poderão conduzir eventualmente os veículos da CONTRATANTE, sendo carros leves e vans, mediante demanda a ser solicitada pelo Fiscal do Contrato.

**5.14.** Para a execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência, os funcionários da CONTRATADA deverão desempenhar todas as atividades inerentes a função:

- a) seguir as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente;
- b) estar atento às condições de segurança do veículo;
- c) conduzir o veículo com perícia, prudência, zelo e com observância aos princípios de direção defensiva;
- d) respeitar a legislação de trânsito e, em especial, as normas relativas ao tempo de direção e de descanso;
- e) colocar-se à disposição dos órgãos públicos de fiscalização na via pública;

- f) o motorista e o veículo deverão estar devidamente habilitados pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DETRAN e DETRAN.

## **6. CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS VEÍCULOS CONTRATADOS**

### **6.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar o veículo com as seguintes características:**

**Veículo Tipo: VAN**, novo ou seminovo, em excelente condição de uso e conservação, movido diesel, com 02 (duas) portas dianteiras, 01 (uma porta lateral) e uma porta traseira, plataforma eletro-hidráulico veicular adaptada para acesso de cadeirante, capacidade para transportar, no mínimo, 08 (oito) passageiros, equipado com ar-condicionado, acionamento elétrico dos vidros dianteiros, sistema de travamento elétrico central, bancos com apoio de cabeça e demais itens de segurança estabelecidos pela legislação vigente.

### **6.2 O início da prestação dos serviços estará condicionado à prévia aprovação do veículo pela CONTRATANTE.**

### **6.3 O Fiscal/Supervisor da CONTRATADA realizará vistoria mensal observando o estado geral do veículo, verificando em especial as condições dos pneus, o nível do combustível, água do radiador, o óleo do Carter e testando freios e parte elétrica, para certificar-se das condições de funcionamento.**

### **6.4 O veículo deverá cumprir os seguintes requisitos:**

- a) estar em perfeitas condições de uso, conservação e funcionamento;
- b) estar abastecido e limpo interna e externamente;
- c) estar com toda documentação em perfeita ordem;
- d) possuir cobertura total de seguro contra danos físicos e materiais que ocorram aos motoristas, passageiros e a terceiros, em consequência de acidente que envolva os veículos locados;
- e) possuir pneus em bom estado, obedecendo às normas do CONTRAN;
- f) ter caixa de ferramentas de pequenos reparos, no caso de ocorrências eventuais;
- g) ser substituído imediatamente por veículo similar, havendo necessidade de recolhimento do veículo para conserto ou manutenção; e
- h) os veículos deverão manter as características de fábrica.

O início da prestação dos serviços estará condicionado à vistoria e aprovação prévia do veículo pela Contratante (item 6.2), sendo realizadas vistorias mensais subsequentes para assegurar as condições de uso e segurança operacional (itens 6.3 e 6.4).

## **7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS (MOTORISTAS)**

### **7.1 Os motoristas da contratada deverão apresentar os seguintes pré-requisitos:**

- a) CNH de acordo com as especificações dos veículos definidas no item 6.1 e conforme disposição do Código de Trânsito Brasileiro (CTB); e

- b) Bom conhecimento das vias internas da Unidade da Rede SARAH São Luís.
- 7.2** Os motoristas contratados deverão possuir, no mínimo, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria “B”; Tempo mínimo de 1 (ano) ano de experiência na respectiva categoria, devidamente comprovada na CTPS.
- 7.3** Os motoristas deverão possuir no mínimo ensino fundamental completo, curso de primeiros socorros, direção defensiva e combate a incêndios ou serem matriculados em tais cursos imediatamente à assinatura do contrato, sendo obrigatória, nesse caso, a apresentação dos certificados de conclusão no prazo estabelecido no instrumento convocatório.
- 7.4** No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:
- a) atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às atividades a serem desempenhadas;
  - b) atestado de antecedentes criminais dos últimos 5 (cinco) anos na localidade em que residiram, das Justiças Federal e Estadual;
  - c) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
  - d) carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;
  - e) exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços;
  - f) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf);
  - g) certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
  - h) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

- i) certidão de Regularidade do FGTS (CRF);
- j) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

**7.5** Quando solicitado pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá realizar a entrega de quaisquer dos seguintes documentos:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;
- c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
- e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;
- f) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato;
- g) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- h) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- i) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- j) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

**7.5.1.** Sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá solicitar documentos elencados no item 7.5. acima.

**7.6** Os motoristas da CONTRATADA deverão tratar com urbanidade todos os pacientes da CONTRATANTE e demais colaboradores que participarem dos transportes.

**7.7** A CONTRATADA, durante a realização dos serviços, deverá manter seus empregados uniformizados, portando crachás, visando sua imediata identificação, bem como em perfeitas condições de



apresentação e asseio.

**7.8** Serão vedados o uso de bermudas, calções, camisetas, chinelos e outros vestuários que possam vir a comprometer a imagem da CONTRATANTE.

**7.9** É proibido aos motoristas, quando em serviço, o uso de cigarros, charutos e cachimbos, assim como ingerir bebidas alcoólicas.

**7.10** Nos termos do art. 235 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT são deveres do motorista profissional:

- a) estar atento às condições de segurança do veículo;
- b) conduzir o veículo com perícia, prudência, zelo e com observância aos princípios de direção defensiva;
- c) respeitar a legislação de trânsito e, em especial, as normas relativas ao tempo de direção e de descanso;
- d) zelar pela carga transportada e pelo veículo;
- e) colocar-se à disposição dos órgãos públicos de fiscalização na via pública;
- f) submeter-se a teste e a programa de controle de droga e de bebida alcoólica, instituído pelo empregador, com ampla ciência do empregado.

**7.11** Ressaltamos que, nos termos do parágrafo único do art. 235-B da T, a recusa do motorista em submeter-se ao teste e ao programa de controle de uso de droga e de bebidas alcoólicas será considerada infração disciplinar, passível de penalização nos termos da lei.

**7.12** A descrição das atividades do motorista deverá observar as disposições estabelecidas pela Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego contidas na **CBO: 7823-10 – Título: Motorista de furgão ou veículo similar**.

**7.13** A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a CONTRATADA deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

**7.14** O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

**7.15** Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

**7.16** Não haverá pagamento adicional pela CONTRATANTE à CONTRATADA em razão do cumprimento

das obrigações previstas neste item.

- 7.17** Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 7.18** O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 7.19** A CONTRATANTE poderá conceder um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 7.20** Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 7.21** Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 7.21.1.** O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 7.21.2.** Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.
- 7.22** O Contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 7.23** A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 7.24** A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento.
- 7.25** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal deverá verificar a

efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros.

## 8. FRANQUIA

- 8.1** O valor do quilômetro excedente não poderá ser superior ao valor do quilômetro da franquía, o qual será determinado pela divisão entre o valor do contrato mensal por veículo e a quantidade de quilômetros da franquía por item.
- 8.2** A contagem da quilometragem inicial para efeito de faturamento ocorrerá mensalmente, a contar do primeiro ao último dia do mês, conforme acompanhamento pelo Boletim Diário de Transporte.
- 8.3** A CONTRATADA deverá apresentar e encaminhar à CONTRATANTE, mensalmente, relatório analítico do período anterior o qual deverá constar a data, a quilometragem, e informação de quilometragem-extra.
- 8.4** Para a execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 8.5** Banco de quilometragem: no período em que um veículo utilizar quilometragem inferior à franquía mensal, os quilômetros não utilizados serão computados como créditos de quilômetros que poderão ser utilizados para abater a quantia de quilômetros excedentes em um mês posterior. O registro de compensação será utilizado em qualquer período dentro da mesma vigência contratual.
- 8.6** Não serão computadas, para fins de franquía, as quilometragens decorrentes de deslocamentos para abastecimento, lavagem ou manutenção dos veículos.

## 9. CONDIÇÕES PARA PROPOSTA COMERCIAL

- 9.1** As empresas interessadas na prestação de serviços deverão realizar suas propostas comerciais informando, além de todas as documentações supracitadas:

Serviço contratado (diária integrada)	Unidade de Medida (Franquia Mensal)	Quantidade estimada de diárias	Valor Unitário da diária (R\$)	Valor total (R\$) de diárias para 24 meses
Veículo tipo VAN adaptado com plataforma eletro-hidráulica veicular com dois motoristas (diária integrada)	3.000 km	720		

- 9.2** As diárias não utilizadas durante o mês serão deduzidas da fatura mensal, sendo o pagamento devido exclusivamente pelos dias efetivamente utilizados.

## **10. VISTORIA**

- 10.1** Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a PROPONENTE poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado pelo responsável do Setor de Segurança e Transporte, Sr. Lucas do Nascimento Silva, de segunda a sexta-feira, das 08 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones (98) 3216-5110.
- 10.2** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da Seleção de Fornecedores.
- 10.3** Para a vistoria, a Empresa ou o seu representante deverá estar devidamente identificado.
- 10.4** As Empresas que optarem por fazer a vistoria, ao término da visita deverão preencher "Termo de Vistoria", anexo a este Termo de Referência, e anexá-lo à proposta comercial.
- 10.5** Será dispensada de realizar a vistoria técnica a Empresa interessada que optar, por sua conta e risco, pela substituição da apresentação da declaração de vistoria pela apresentação de declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto, no momento da apresentação dos requisitos de qualificação técnica.
- 10.6** A APS se reserva ao direito de Vistoria Técnica por seus profissionais na Sede ou Filiais da PROPONENTE, para avaliar e verificar se a empresa possui estrutura física, operacional, equipamentos e patrimônio, para prestar em condições adequadas, os serviços a serem contratados em conformidade com o Objeto do Termo de Referência.
- 10.7** Caso a Empresa opte em não realizar a vistoria, não poderá alegar desconhecimento da situação em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções dos projetos ora fornecidos não poderão constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar "serviços extras" e/ou alterar a composição de preços unitários. A Empresa deverá preencher Declaração de Abstenção de Vistoria em Concordância com os Termos do Edital.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

### **11.1 São obrigações da CONTRATADA:**

- a) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, observando as prescrições contidas na lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e alterações posteriores e suas regulamentações, inclusive os dispositivos legais que vierem a substituí-la, alterá-la ou complementá-la;
- b) prestar os serviços e cumprir fielmente o contrato, de forma que a execução ocorra dentro do prazo de vigência do instrumento a ser celebrado, evitando atrasos que prejudiquem as necessidades da CONTRATANTE;
- c) disponibilizar ao motorista dispositivo de comunicação (rádio ou telefone celular), para auxiliar no atendimento aos pacientes e colaboradores da CONTRATANTE;
- d) garantir a entrega dos veículos solicitados, conforme consignado em sua proposta, mantendo-os sempre em excelente estado de conservação;
- e) manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação, inclusive atualização de documentos de controle de arrecadação de tributos e contribuições federais (SRF, Dívida Ativa, FGTS, INSS);

- f) ter cobertura total de seguro dos veículos ofertados em casos de colisão, incêndio, roubo, furto (inclusive de acessórios do veículo) e perda total do veículo locado, sendo obrigatória a apresentação do Boletim de Ocorrência Policial no caso de acidente que envolva terceiros, furto ou roubo do veículo, incluindo seus acessórios. A Contratante ficará isenta de responsabilidade judicial e financeira a ocorrência de quaisquer sinistros;
- g) responsabilizar-se civil e criminalmente pelos danos causados ao contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.
- h) justificar à CONTRATANTE, em tempo hábil, eventuais motivos de força maior que impeça o atendimento solicitado;
- i) substituir o veículo locado, em caso de furto ou roubo, defeito ou necessidade de manutenção ou remoção do veículo, por outro em perfeitas condições de uso em até 3 (três) horas, arcando com todas as despesas de sua responsabilidade;
- j) substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE, qualquer motorista cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina da CONTRATANTE;
- k) manter atualizada, perante os órgãos fiscalizadores e reguladores de trânsito, a documentação dos veículos e dos motoristas empregados na locação, arcando com todas as despesas relativas à circulação dos veículos em todo território nacional;
- l) arcar com todas as despesas com tráfego, tais como multas, impostos, estacionamento, taxas, e outras semelhantes, bem como as despesas de locomoção dos veículos e dos motoristas entre o início e o término de cada locação;
- m) indicar um preposto que, se aceito pela CONTRATANTE, a representará na execução do contrato, promovendo, obrigatoriamente, as correções que se fizerem necessárias, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto do Contrato;
- n) Efetuar as manutenções preventivas e corretivas em todos os veículos (os custos são de responsabilidade única e exclusivamente da contratada), lavagens, lubrificações e reparos em geral, incluindo reparos nos vidros e nos pneus, nesses, realizando a sua substituição;
- o) Substituir, no prazo de 2 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da CONTRATANTE, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;
- p) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da CONTRATANTE;
- q) Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- r) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na seleção;
- s) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- t) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, exceto quando ocorrer caso fortuito ou força maior;
- u) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- v) Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência;

- w) Não permitir que qualquer motorista se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica;
- x) Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;
- y) Comunicar à CONTRATANTE, quando da transferência e/ou retirada e substituição de motoristas dos itinerários ou dos serviços;
- z) Apresentar à CONTRATANTE, quando exigido, comprovante de pagamento de salários, apólices de seguros contra acidente de trabalho e apólice de seguro do casco, contra terceiros e danos pessoais, quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço do contratante, por força do contrato;
- aa) Os horários de intervalos para refeição dos motoristas serão definidos pelo Fiscal / Supervisor da CONTRATADA.
- bb) O custo com o fornecimento de refeições dos motoristas é de inteira responsabilidade da CONTRATADA. Em virtude do controle de risco biológico a CONTRATANTE, poderá disponibilizar exclusivamente o seu refeitório para a realização das refeições.
- cc) No caso do auxílio alimentação, a Empresa CONTRATADA deverá considerar as regras e o valor estabelecido pela Convenção Coletiva de Trabalho;
- dd) A alimentação dos colaboradores da CONTRATADA alocados na execução deste contrato poderá ser fornecida pela própria CONTRATANTE em seu refeitório local. O custo correspondente ao fornecimento das refeições será descontado do montante a ser pago à CONTRATADA, mediante apresentação de Nota de Débito e respectivo aceite, obedecendo-se os seguintes valores por refeição, que poderão ser atualizados mediante negociação:
  - I. Desjejum: R\$ 3,58 (três reais e cinquenta e oito centavos);
  - II. Almoço: R\$ 7,16 (sete reais e dezesseis centavos);
  - III. Jantar: R\$ 7,16 (sete reais e dezesseis centavos).

## **12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **12.1 São obrigações da CONTRATANTE:**

- a) Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessários à execução do objeto deste Contrato;
- b) Relacionar-se com a CONTRATADA por meio do preposto por ela indicado;
- c) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar os serviços dentro das normas do Contrato, por meio dos profissionais dos postos de serviços contratados;
- d) Tornar disponíveis os locais onde serão prestados os serviços, permitindo o acesso dos profissionais dos postos de serviços contratados às suas dependências, dentro das normas que disciplinam a segurança e o sigilo;
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio de representante designado (Fiscal do Contrato), ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem;

- f) Observar, para que durante a execução do Contrato seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas e os prazos estabelecidos, bem como as condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA, exigidas no processo de seleção;
- g) Efetuar o pagamento dos serviços prestados no último mês de vigência contratual, somente após a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas (pagamento salário referente ao último mês de vigência do Contrato e quitação relativa à rescisão do Contrato de Trabalho entre empregado e empregador), por parte da CONTRATADA;
- h) Suspender o pagamento da Nota Fiscal/Fatura sempre que houver obrigação contratual pendente por parte da CONTRATADA, até a completa regularização;
- i) Verificar a regularidade fiscal e do recolhimento dos encargos antes do pagamento;
- j) Fornecer armário com chave aos profissionais da CONTRATADA em vestiário apropriado, durante a prestação de serviço, para a troca de roupa e guarda dos pertences pessoais;
- k) Notificar e aplicar à CONTRATADA as sanções pelo não cumprimento das obrigações contratuais, bem como pela inexecução total ou parcial do objeto do Contrato.

### **13. VIGÊNCIA**

**13.1** O contrato vigorará a partir da data de assinatura pelo prazo de 24 meses, limitado a 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado, mediante a celebração de Termo Aditivo e desde que haja interesse mútuo para a sua efetivação nas condições estipuladas pelo Regulamento de Compras e contratações da APS.

**13.2** A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

### **14. FISCALIZAÇÃO**

**14.1** O acompanhamento da execução dos serviços caberá à CONTRATANTE, por meio dos profissionais:

- Lucas do Nascimento Silva - Setor de Segurança – SARAH São Luís - Tel. (98) 3216-5110;
- Washington Ribamar Ferreira Pinheiro – Coord. Adm. SARAH São Luís - Tel. (98) 3216-5119;
- Osvaldo Bastos S. Lima – Líder Área de Segurança e Transporte Rede SARAH - Tel. (61) 3319-1286.

Incumbendo-lhes, consequentemente, a prática de todos os atos próprios ao exercício desse mister, inclusive quanto à aplicação de penalidades previstas neste Contrato. A fiscalização da CONTRATANTE poderá solicitar o afastamento e/ou substituição do empregado que proceda de forma inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.

**14.2** A fiscalização avaliará o cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, exigindo no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;



- b) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e
- c) Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

- 14.3** A qualquer momento a Fiscalização da CONTRATANTE poderá fiscalizar as Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS), regularidade fiscal, dentre outras obrigações contratuais.
- 14.4** Sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados no item acima deverão ser apresentados.
- 14.5** Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficialiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 14.6** Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficialiar ao Ministério do Trabalho.
- 14.7** O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 14.8** A CONTRATANTE concederá um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 14.9** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo registro de ocorrência que será encaminhado ao gestor do contrato.

## **15. TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO**

- 15.1.** A CONTRATADA se compromete a garantir o tratamento confidencial das informações levantadas e/ou fornecidas pela CONTRATANTE, e assume as seguintes obrigações em conformidade com o Termo de Confidencialidade e Sigilo – Anexo IV deste Termo de Referência a ser assinado pelos Representantes Legais das partes.
- 15.2.** Não divulgar quaisquer informações relativas aos serviços prestados a terceiros, nem facilitar de qualquer maneira tal divulgação.
- 15.3.** Não utilizar a documentação associada com a contratação para fins não aprovados por escrito pela APS, nem facilitar de qualquer maneira tal divulgação.
- 15.4.** Não utilizar o nome da APS, ou sua qualidade de prestador de serviços para o mesmo, em quaisquer atividades de divulgação profissional, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos.
- 15.5.** Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto do interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da contratação, devendo orientar seus empregados nesse sentido, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

## **16. CRITÉRIO DE REPACTUAÇÃO E REAJUSTE DE PREÇOS**



- 16.1** Os preços unitários das diárias poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data de assinatura do contrato, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data e início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, utilizando-se do Índice Nacional ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- 16.2** Para a mão de obra, poderá ser admitida a repactuação dos preços, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do acordo, ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa vigente à época da apresentação da proposta e adotados para elaboração desta, que regem as categorias profissionais que executarão o serviço, de acordo com a atividade econômica preponderante do empregador.
- 16.3** O Reajuste de Preços e a Repactuação de preços serão precedidos de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio da apresentação da memória de cálculo, planilha de custos e formação de preços, acompanhada da documentação comprobatória (índice e convenção coleta de trabalho registrada no órgão competente, dentre outros documentos).

## **17. INEXISTÊNCIA DE VINCULAÇÃO TRABALHISTA**

- 17.1** A cessão de mão de obra não estabelece qualquer vínculo empregatício ou de qualquer natureza entre a CONTRATANTE e a mão de obra especializada que a CONTRATADA utilizar, direta ou indiretamente, ou designar para execução dos Serviços contratados, correndo por conta exclusiva da CONTRATADA, única responsável como empregadora e contratante, todas as despesas, inclusive com relação aos encargos decorrentes da legislação vigente, seja trabalhista, previdenciária, securitária ou qualquer outra, obrigando-se, ainda, ao integral cumprimento das disposições legais e contratuais
- 17.2** São de integral e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA eventuais demandas trabalhistas, movidas por sua equipe, e processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de qualquer ato culposo ou doloso executado por sua equipe na execução dos serviços.

## **18. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da CONTRATANTE à continuidade do contrato.

## **19. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 19.1.** A prestação dos serviços de que trata este Termo de Referência não gerará vínculo empregatício entre os profissionais CONTRATADA e a CONTRATANTE, entre os quais será vedada, como manda a lei, qualquer relação de pessoalidade e subordinação direta.
- 19.2.** Fica sob a inteira responsabilidade da CONTRATADA o pagamento e o ônus relativo a taxas, tributos, contribuições sociais, indenização trabalhista, auxílio-alimentação ou refeição, vale-transporte e outros encargos previstos em lei, incidentes ou decorrentes do Contrato de Trabalho.
- 19.3.** Não será admitido direcionar a contratação de profissionais para trabalhar na CONTRATADA, tampouco promover ou aceitar desvio de função (utilização desses profissionais em atividades distintas das previstas neste Termo de Referência e das para a qual for alocado).

- 19.4.** A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da CONTRATADA, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 19.5.** Não será admitida a subcontratação do objeto dessa Seleção de Fornecedores.
- 19.6.** A realização da Seleção de Fornecedores não obriga a CONTRATANTE a formalizar o contrato, podendo a mesma ser cancelada a qualquer tempo, por determinação da Diretoria da CONTRATANTE, sem que caiba aos participantes direito de pleitear qualquer indenização.
- 19.7.** A CONTRATANTE reserva-se o direito de cancelar o contrato, no todo ou em parte, sem quaisquer ônus, desde que o fornecedor seja comunicado, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

## **20. CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO MENSAL**

- 20.1** Os pagamentos pela prestação de serviços ocorrerão mensalmente, em data preestabelecida em contrato, condicionados à apresentação, por parte da CONTRATADA, antes do vencimento das faturas mensais, de toda a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações contratuais, em especial a comprovação do pagamento das obrigações previdenciárias, sociais e trabalhistas, inclusive FGTS, relativas aos empregados.
- 20.2** A CONTRATANTE reserva-se o direito de não realizar o pagamento se a prestação dos serviços não estiver de acordo com as definições do Contrato e seus respectivos anexos.
- 20.3** A CONTRATADA deverá apresentar o faturamento detalhado correspondente ao serviço prestado, na Nota Fiscal/Fatura, fazendo referência ao Contrato, ao Pedido de Compras que deu suporte às despesas e ainda destacando o período de prestação dos serviços.
- 20.4** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo e do atesto do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 20.5** A CONTRATADA deverá utilizar o sistema da CONTRATANTE, atualmente FIELDGLASS/SAP, especialmente para as seguintes atividades:
- a) Mobilização e desmobilização;
  - b) Realizar a medição das horas;
  - c) Anexar a documentação trabalhista; e
  - d) Emissão de pré-fatura.
- 20.6** A CONTRANTE se reserva ao direito de mudar o sistema/software para acompanhamento do cumprimento das obrigações da CONTRATADA a qualquer tempo durante a execução do Contrato e a CONTRATADA deverá utilizá-lo quando assim for instruído.

## **21 CRITÉRIOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE**

- 21.1** A CONTRATADA deverá observar, no que couber, os critérios ambientais de sustentabilidade elencados na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da

Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, buscando a adoção de boas práticas de sustentabilidade visando à otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição na execução dos serviços prestados, entre elas:

**21.1.1** Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas, poluentes e substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.

**21.1.2** Orientar os seus empregados quanto ao uso da água, adotando medidas de redução de consumo e uso racional.

**21.1.3** Fazer uso racional de impressões e cópias reprográficas.

**21.1.4** Informar ao Fiscal do Contrato possíveis ocorrências, como por exemplo: vazamento ou danos em torneiras, sifões, chuveiros, lavatórios, descargas ou caixas d'água que possam provocar qualquer desperdício.

**21.1.5** Orientar aos seus empregados quanto ao uso da energia elétrica, adotando medidas de redução de consumo.

**21.1.6** Informar ao Fiscal do Contrato possíveis ocorrências, como por exemplo: equipamentos com mau funcionamento ou danificados, lâmpadas queimadas ou oscilando, com zumbido excessivo em reatores de luminárias e sobre o mau funcionamento de instalações energizadas que possam provocar qualquer desperdício de energia elétrica.

**21.1.7** Colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades de Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos implantados pela CONTRATANTE.

**21.1.8** A CONTRATADA deverá conduzir suas ações em conformidade com as Normas Internas de Sustentabilidade da CONTRATADA e dos requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços.

**21.1.9** Recomendar a utilização de equipamentos e materiais de intercomunicação como rádios, lanternas e lâmpadas de menor impacto ambiental.

**21.1.10** A CONTRATADA deverá observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias a serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.

**21.1.11** A CONTRATADA deverá utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição.

**21.1.12** Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que forem utilizados na prestação de serviços.

**21.1.13** Implementar soluções tecnológicas que permitam melhorias do controle de emissão de gases poluentes na atmosfera.

**21.1.14** Manter os veículos automotores de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de escapamento que possam resultar em níveis de emissão sonora superiores aos padrões aceitáveis nos termos da legislação regente, normas brasileiras aplicáveis e recomendação dos manuais de proprietários e serviços do veículo.

## **22. ANEXOS**

**22.1.** São anexos deste Termo de Referência:

Anexo I – Termo de Vistoria;

Anexo II - Declaração de Abstenção de Vistoria;

Anexo III – Declaração de Instalação de Sede;

Anexo IV – Termo de Confiabilidade e Sigilo;

Anexo V - Diretrizes de Segurança do Trabalho da Contratante;

Anexo VI - Planilha de Formação de Preços;

Anexo VII – Relatório de Utilização do Veículo – RUV

Anexo VIII - Instrumento de Medição de Resultados (Nível Mínimo de Serviços).

São Luís - MA, 31 de outubro de 2025.

\_\_\_\_\_  
**Identificação e assinatura do responsável**  
**Unidade demandante da APS**

\_\_\_\_\_  
**Identificação e assinatura do responsável**  
**Unidade demandante da APS**

\_\_\_\_\_  
**Identificação e assinatura do responsável**  
**Unidade demandante da APS**

**ANEXO I**  
**TERMO DE VISTORIA**

Declaramos conhecer e compreender por inteiro o teor da Cotação Eletrônica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, cujo objeto é a prestação de serviços de locação de veículos adaptados com motoristas para transporte de cadeirantes, com diárias franqueadas estimadas por veículo, para transporte de pessoas, conforme quantidades e exigências estabelecidas no Edital, na Unidade da Rede Sarah localizada na AV. LUIS ROCHA, S/N - MONTE CASTELO - SÃO LUÍS – MA - CEP: 65035-270.

Declaramos, ter visitado os locais para cumprimento das obrigações objeto dessa Seleção de Fornecedores, não encontrando neles qualquer impedimento à execução dos serviços.

Empresa: \_\_\_\_\_  
C.N.P.J. (MF): \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Email: \_\_\_\_\_  
Responsável da Empresa: \_\_\_\_\_

São Luís - MA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_ Responsável da Empresa

\_\_\_\_\_ Responsável/CONTRATANTE

**ANEXO II**  
**DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISTORIA**

Declaramos para todos os fins que consideramos desnecessária a realização de vistoria nos locais onde serão executados os serviços e que optamos pela sua dispensa, pois obtivemos todas as informações necessárias para a elaboração da proposta comercial e possuímos pleno conhecimento das especificações e aspectos técnicos que podem influenciar direta ou indiretamente a execução do objeto licitado.

Declaramos também que consideramos não serem cabíveis alegações, em qualquer época, de desconhecimento do estado de conservação, de fatos e detalhes e questões operacionais que poderiam ser verificados em vistoria, uma vez que optamos por não realizá-la, mesmo que venham a dificultar a execução dos serviços ou o cumprimento de todas as obrigações assumidas.

Declaramos ainda que não será cabível a alegação de desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitação de qualquer alteração do valor do contrato que viermos a celebrar, caso sejamos vencedores do certame licitatório.

São Luís - MA \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_ Responsável da Empresa / CONTRATADA (PAPEL TIMBRADO)

**Observação: Na Declaração de Opção de Dispensa de Realização de Vistoria não será necessário visto de representante da APS.**

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO NOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**  
(em papel timbrado da empresa)

À Rede SARAH – São Luís - MA. Ref.: Edital nº \_\_\_\_/2025.

Declaramos que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF)  
nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida no  
(a) \_\_\_\_\_ já possui ou instalará escritório no local de prestação dos serviços, a  
ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do contrato,

São Luís - MA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

(Assinatura do Representante Legal, com NOME COMPLETO)

**ANEXO IV**  
**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO**

**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE** QUE ENTRE SI CELEBRAM A APS (**CONTRATANTE**) E \_\_\_\_\_ [**CONTRATADA**] – VINCULADO AO CONTRATO CELEBRADO ENTRE AS PARTES, CONSIDERANDO que, em razão da formalização do Termo Contratual, celebrado pelas PARTES, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações confidenciais ou sigilosas da APS;

CONSIDERANDO que as PARTES desejam ajustar as condições de revelação destas informações confidenciais a serem disponibilizadas para a execução do CONTRATO, bem como definir as regras relativas ao seu uso e proteção;

Por este termo de confidencialidade e sigilo a **CONTRATADA** compromete-se:

1. A não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
2. A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso;
3. A não apropriar-se para si ou para outrem de material confidencial e/ou sigiloso da tecnologia que venha a ser disponível;
4. A não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por seu intermédio, e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

Neste Termo, as seguintes expressões serão assim definidas:

- a) Informação Confidencial significará toda informação revelada, sob a forma escrita, verbal ou por quaisquer outros meios.
- b) Informação Confidencial inclui, mas não se limita, à informação relativa às operações, processos, planos ou intenções, informações sobre produção, instalações, equipamentos, sistemas, dados, senhas, habilidades especializadas, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, produtos, imagens e questões relativas ao desempenho das atividades laborais.
- c) A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida pela **CONTRATADA**, por meio deste termo, terá validade desde a assinatura deste.
- d) Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo, firacão abaixo assinado ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

\_\_\_\_\_  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**



## ANEXO V

### Diretrizes de Segurança do Trabalho para a CONTRATANTE

#### 1. OBJETIVOS

1.1 Este documento tem por objetivo estabelecer critérios relacionados à segurança, meio ambiente e saúde ocupacional, para execução de serviços referentes ao escopo contratual. Estes critérios foram definidos com base na legislação vigente, sobretudo as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e normas internas aplicáveis a CONTRATANTE.

1.2. Estas exigências decorrem dos tipos de serviços e seus respectivos riscos, de modo a prevenir a ocorrência de desvios, incidentes e/ou acidentes para a proteção das pessoas, do meio ambiente, dos equipamentos e instalações da CONTRATANTE, da CONTRATADA e das comunidades circunvizinhas à área de influência da CONTRATANTE.

#### 2 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E/OU COMPLEMENTARES

2.1. Além das exigências contidas neste documento, a CONTRATADA deve, quando aplicável, atender aos requisitos dos seguintes documentos:

- a) Constituição Federal em seus aspectos de Segurança, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional;
- b) Leis, Decretos, Portarias, Instruções Normativas e Resoluções no âmbito federal, estadual e municipal;
- c) Portaria nº. 3214 de 08/06/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e suas Normas Regulamentadoras (NR);
- d) Procedimentos e Normas da CONTRATANTE aplicáveis;
- e) Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT aplicáveis;
- f) Normas técnicas estrangeiras, quando aplicáveis, para casos em que não há norma da ABNT correspondente.

2.2. É obrigação da CONTRATADA a verificação do requisito legal e norma técnica a ser aplicada a cada caso específico para as atividades a serem executadas, analisando eventuais modificações de requisitos legais e normas técnicas, e ainda a sua aplicabilidade.

#### 3. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

3.1 A empresa contratada deve apresentar à contratante, antes do início das atividades, os documentos referentes à segurança e saúde no trabalho, conforme exigências legais. Além da documentação mínima, descrita a seguir, poderão ser exigidas outras de acordo com a atividade a ser realizada:

- a) Cópia do PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) ou do PCMAT (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho da Indústria da Construção);
- b) Cópia do PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional);
- c) Cópia dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) de todos os profissionais previstos no contrato. Caso os profissionais executem atividades em altura ou espaço confinado, a aptidão para tais atividades deverá estar consignada no ASO;
- d) Cópia dos certificados de treinamento aplicáveis às atividades (NR-35 Segurança em trabalhos em altura- para os funcionários que realizarão trabalho em altura; NR-33 Segurança em espaço confinado- para funcionários que realizarão trabalhos em ambientes confinados; NR-10 Segurança em instalações e serviços em eletricidade- para os profissionais que prestarão serviços com eletricidade) e demais certificados necessários para realização da atividade em questão, de acordo com exigências das normas

regulamentadoras, quando aplicável;

e) Participar de treinamento introdutório de integração, com orientações de segurança do Trabalho, ministrado por profissional do SESMT da contratante, antes do início do serviço. Este treinamento deve ser previamente agendado com o SESMT;

f) Cópia das fichas de EPI (Equipamento de Proteção Individual) de todos os profissionais envolvidos no contrato. A empresa contratada, de acordo com a NR 6 - Equipamento de proteção individual deve fornecer gratuitamente aos seus empregados os EPI necessários e adequados à execução dos serviços com segurança, bem como exigir o seu uso, substituí-los quando danificados ou extraviados. Todo EPI deve possuir CA – Certificado de Aprovação emitido pelo órgão competente;

g) Cópia do Procedimento de trabalho ou APR (Análise Preliminar de Riscos) que deverá estar no local do serviço e disponível à verificação da CONTRATANTE antes da realização das atividades;

h) Participar de DS – Diálogos de Segurança realizados pela contratante quando convocados;

i) FISPQ – Fichas de informações de segurança de produtos químicos de todos os produtos químicos utilizados, atualizadas.

3.1.1 A CONTRATADA deverá fornecer todos os dispositivos de segurança e proteção coletiva necessários à realização das atividades (ex.: linhas de vida provisórias, sistema de ancoragem, proteção contra queda de material, etc.).

3.1.2 Um técnico em segurança do trabalho deverá acompanhar as etapas críticas das atividades (Trabalho em altura e outras que a contratante julgar necessário).

3.1.3 As empresas subcontratadas também deverão atender às diretrizes desse documento.

### **3.2 SERVIÇOS EM ALTURA**

3.2.1 Nos serviços de trabalho em altura, com riscos de queda, a contratada deve atender as Normas Regulamentadoras NR-06, NR-18, NR-35, bem como demais Normas Regulamentadoras e instruções complementares emitidas pela contratante e Normas ABNT NBR aplicáveis.

### **3.3 SERVIÇOS EM ESPAÇO CONFINADO**

3.3.1 Nos serviços de Espaços confinados, a empresa contratada deve, antes do início de qualquer atividade, atender a NR 33, a ABNT NBR 14787 – Espaço Confinado/Prevenção de Acidentes, Procedimentos e Medidas de Proteção, bem como demais Normas Regulamentadoras e instruções complementares emitidas pela contratante.

### **3.4 SERVIÇOS DE ESCAVAÇÃO**

3.4.1 Em atividades com escavação e riscos de desmoronamento deve ser previsto sistema de escoramento contemplando todas as medidas de segurança cabíveis.

### **3.5 SERVIÇOS COM ELETRICIDADE**

3.5.1 Em serviços envolvendo eletricidade, a empresa contratada deve, antes do início de qualquer atividade envolvendo eletricidade, atender a NR 10.

## **4 SUBSTITUIÇÃO/DEMISSÃO OU INCLUSÃO DE NOVOS FUNCIONÁRIOS.**

4.1 A empresa contratada fica obrigada a informar toda movimentação (inclusão/substituição/exclusão) de empregados que prestam serviço nas dependências da CONTRATANTE;

4.2 Os funcionários da empresa contratada e subcontratada só poderão iniciar suas atividades após realizarem o treinamento de integração.

## **5 UNIFORME**

- 5.1 Todos os profissionais envolvidos nas atividades devem estar uniformizados;
- 5.2 A empresa CONTRATADA deve fornecer conjunto de uniforme em quantidade suficiente para a execução das atividades;
- 5.3 O empregado da CONTRATADA não deve utilizar uniforme danificado, devendo ser substituído imediatamente caso esteja fora de condições de uso;
- 5.4 O uniforme deve conter identificação da empresa contratada;
- 5.5 Além do uniforme, os profissionais devem portar crachá de identificação, caso contrário, não será permitida a permanência dos mesmos no local de trabalho ou execução de atividades. É vedada a saída de profissionais das instalações do Sarah portando crachá fornecido pela APS.

## **6 COMUNICAÇÃO DE ACIDENTES E INCIDENTES**

- 6.1 A empresa contratada deve comunicar imediatamente à empresa contratante qualquer ocorrência anormal, com ou sem lesão, e impactos ambientais significativos.
- 6.2 Em caso de acidente, a empresa contratada deverá comunicar ao INSS, através da emissão de CAT, no prazo estabelecido pelo Art. 22 da Lei Nº 8.213 - de 24 de julho de 1991, abaixo transcrito, e entregar cópia imediatamente a empresa contratante.

*“LEI Nº 8.213 - DE 24 DE JULHO DE 1991 - Art. 22. A empresa ou o empregador doméstico deverão comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário de contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social”.*

**ANEXO VI**  
**Planilha de Formação de Preços**

<b>Serviço contratado (diária integrada)</b>	<b>Unidade de Medida (Franquia)</b>	<b>Quantidade estimada de diárias</b>	<b>Valor Unitário da diária (R\$)</b>	<b>Valor da quilometragem excedente</b>	<b>Valor total (R\$)  De diárias para 24 meses</b>
Veículo tipo VAN adaptado com plataforma eletro-hidráulica veicular e dois motoristas (diária integrada)	<b>3.000 km</b>	720			

Na proposta de preços, as proponentes deverão computar todos os custos e despesas necessários à execução dos serviços, incluindo mão de obra, encargos sociais, impostos e taxas, manutenção dos veículos, combustível, administração, seguro total sem franquia, cobertura de responsabilidade civil, bem como eventual hospedagem do motorista em caso de pernoite e quaisquer outros insumos inerentes à execução contratual.

Nome da empresa:

CNPJ nº \_\_\_\_\_

Endereço completo:

Telefone:

E-mail:

Representante Legal (Nome completo)

Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_

São Luís - MA, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de 2025.

**ANEXO VII**  
**RELATÓRIO DE UTILIZAÇÃO DO VEÍCULO – RUV**

Tipo de veículo	Marca	Modelo	Placa	Nome do motorista	Período de utilização:	
Data	Partida		Chegada		Km rodado	Assinatura do Usuário
	Hora	Km	Hora	Km		
<b>OBSERVAÇÕES (preenchimento apenas pelo servidor/colaborador, se necessário)</b>						

A planilha deve ser preenchida corretamente e não conter rasuras.  
 O servidor/colaborador deverá assinar diariamente este relatório, conforme a utilização do veículo.

**ANEXO VIII**  
**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS**  
**(NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇOS)**

1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará o Instrumento de Medição de Resultados - IMR que será baseado no sistema de pontuação abaixo descrito destinado a definir os graus de pontuação para cada tipo de ocorrência, às quais estão dispostas em três níveis de gradação, atribuindo-se a cada nível uma pontuação determinada, conforme Tabela 1:

Tabela 1 – Ocorrências e pontuação

Ocorrência	Descrição	Pontos
Situações brandas que NÃO caracterizam interrupção na prestação dos serviços, mas que comprometem sua realização de maneira satisfatória, tais como:	a) atraso de tarefas e suas respectivas periodicidades previstas no item 3 deste Termo de Referência; b) empregado sem uniforme, identificação, equipamento, máquina ou utensílio de uso obrigatório. c) conduta inadequada dos empregados; d) empregado com uniforme sujo, rasgado ou com modelo diferente do padrão; e) atraso na realização e marcação da ronda planejada para o posto. f) funcionário não registrar o ponto corretamente no relógio de ponto por biometria.	<b>1 ponto por ocorrência</b>
Situações médias que CARACTERIZAM INTERRUPÇÃO na prestação do serviço ou que traga prejuízos a CONTRATANTE ou comprometimento de cláusulas do Contrato como:	a) não cumprimento de obrigações relativas ao serviço após 02 (duas) solicitações para fazê-lo; b) descumprimento das tarefas e suas periodicidades previstas no Termo de Referência; c) ausência de material que deve ser obrigatoriamente fornecido pela CONTRATADA; d) recusar-se a executar serviços previstos no Contrato; e) deixar de fornecer uniformes completos aos seus funcionários, conforme periodicidade explicitada neste Termo de Referência; f) deixar de fornecer uniforme para os funcionários alocados no contrato após 02 (duas) solicitações para fazê-lo; g) destruir ou danificar documentos ou bens patrimoniais por culpa ou dolo de seus agentes; h) deixar de substituir, após notificação, empregado que impeça, embarace ou dificulte a Fiscalização ou apresentar, a critério da CONTRATANTE, conduta inconveniente ou baixa produtividade; i) deixar de implantar e operacionalizar o relógio de ponto biométrico nas unidades de prestação de serviços; j) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e demais relatórios indispensáveis à fiscalização do Contrato; k) deixar de indicar ou deixar de manter, durante a execução do Contrato, preposto, conforme estabelecido neste Instrumento; l) deixar de fornecer os equipamentos nas quantidades mínimas exigidas neste Termo de Referência; m) fornecer materiais ou equipamentos em qualidade inferior aos parâmetros definidos neste Termo de Referência; n) deixar de substituir os equipamentos que apresentarem defeito e/ou rendimento insatisfatório, a contar da constatação feita pela empresa ou após a devida notificação; o) deixar de manter em serviço o efetivo definido para cada unidade, de acordo com a produtividade definida neste Termo de Referência e a proposta da CONTRATADA. p) transferir funcionários entre as unidades, sem anuência prévia da CONTRATANTE; q) alocar funcionário, mesmo que em caráter provisório, sem a realização de pesquisa social prévia pela CONTRATANTE; r) deixar de realizar a cobertura/substituição de funcionário ausente no prazo de até 01 hora do início do expediente diário da localidade, no dia da ausência constatada. s) pagar, em atraso, os salários, o vale-transporte, o vale-alimentação ou qualquer outro benefício devido aos empregados; t) deixar de realizar as rondas conforme programado durante o expediente. u) permitir que os funcionários realizem dobras de jornada sem o usufruto do descanso previsto em lei;	<b>2 pontos por ocorrência</b>
Situações graves que caracterizam interrupção na prestação do serviço, comprometem a rotina ou o patrimônio da Instituição, ou	a) reiteradas danificações do patrimônio; b) conduta perigosa que ponha em risco a segurança de terceiros; c) empregados desguarnecidos de equipamentos de proteção individual; d) ausência de material ou equipamento obrigatoriamente fornecido pela CONTRATADA apontada pelo fiscal do contrato por no mínimo 03 (três) vezes; e) não cumprimento de obrigações relativas ao serviço após 03 (três) solicitações para fazê-	<b>3 pontos por ocorrência</b>

comprometimento de obrigações legais:	<p>lo;</p> <p>f) não fornecimento dos uniformes para os funcionários alocados no contrato após 03 (três) solicitações para fazê-lo;</p> <p>g) deixar de pagar e/ou recolher no prazo legal quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do Contrato (em caso de incidência reiterada ocorrerá sanção de advertência, multa e rescisão).</p> <p>h) o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos da legislação vigente.</p>	
---------------------------------------	---	--

2. Os índices de desempenho BOM, REGULAR e INSUFICIENTE serão obtidos no cálculo de Índice de Medição de Resultado mensal:

Tabela 2 - Cálculo de Índice de Medição de Resultado Mensal

Índice de desempenho	Intervalo
BOM – até	01 (uma) ocorrência Grau 03 no mês OU - 02 (duas) ocorrências Grau 02 no mês OU - 04 (quatro) ocorrências Grau 01 no mês
Regular – Entre	02 (duas) e 03 (três) ocorrências Grau 03 no mês OU - 03 (três) e 07 (sete) ocorrências Grau 02 no mês OU - 05 (cinco) e 11 (onze) ocorrências Grau 01 no mês
Insuficiente – Acima de	03 (três) ocorrências Grau 03 no mês OU - 07 (sete) ocorrências Grau 02 no mês OU - 11 (onze) ocorrências Grau 01 no mês.

3. O Índice de Medição de Resultado e ajuste no pagamento, seguirá a tabela abaixo:

Tabela 3 – Ajuste de pagamento

Índice de Medição de Resultado	Fator de Conversão
BOM	100% do valor mensal
Regular	97% do valor mensal
Insuficiente	95% do valor mensal

4. O valor a ser pago será o resultado da multiplicação do valor mensal do contrato pelo fator de conversão:  
Valor a ser pago (R\$) = Valor mensal do contrato x Fator de Conversão Limites:  $0,95 \leq \text{Fator de Conversão} \leq 1$ .

5. As sanções serão:

- 5.1. (dois) insuficientes no período de 1 (um) ano, aplicar-se-á advertência;
- 5.2. Acima de 2 (dois) Insuficientes e até 4 (quatro) no período de 1 (um) ano: multa conforme minuta contratual;
- 5.3. Acima de 5 (cinco) Insuficientes e até 7 (sete): multa conforme minuta contratual; e
- 5.4. Acima de 8 (oito) Insuficientes: multa conforme minuta contratual, podendo ser cumulada com a rescisão do contrato.

6. O registro das ocorrências ocorrerá da seguinte forma:

- a) todas as ocorrências registradas no Relatório de Ocorrência serão notificadas à CONTRATADA por ofício ou e-mail, com prazo estipulado para solução das falhas.
- b) cada ocorrência será classificada por grau de acordo com a tabela e discriminação e graus de

ocorrências;

- c) todas as ocorrências deverão ser datadas no momento do registro;
- d) para apuração do Índice de Medição de Resultado Mensal será considerado um período de 30 (trinta) dias consecutivos.
- e) Ao final de cada período de 30 (trinta) dias, iniciará novo período para apuração do Índice de Desempenho daquele mês;
- f) para efeito de aplicação das sanções, será considerado um período de 12 (doze) meses consecutivos.
- g) ao final de cada período de 12 (doze) meses, iniciará novo período para apuração de Índices de Desempenho;
- h) em qualquer caso previsto de aplicação de sanção será garantido a empresa o contraditório e a ampla defesa.